

# "CECI N'EST PAS UNE POMME" OU "SOBRETUDO INSUCESSOS NA BUSCA DE UMA LÍNGUA PERFEITA"

Luísa Costa Gomes

Escritora, área de Línguas e Letras da Universidade Lusófona

Gostava de começar por chamar a atenção para o quadro de René Magritte, que me parece um bom ponto de partida para pensar sobre as várias "espécies" de realidades, as diversas naturezas implicadas em qualquer linguagem.

Temos em grande plano a representação quase hiper-realista de uma maçã e, por cima, uma legenda: "isto não é uma maçã". "Isto não é uma maçã" contraria um primeiro impulso referencial que é o de considerar que, de facto, o que ali está é uma maçã. Esta contrariedade tem um efeito de distanciamento. Afinal, não se trata de uma maçã real, mas de uma imagem, da representação de uma "coisa" que entra numa das várias classes que se podem reconhecer como maçãs. Num primeiro momento, portanto, aquela frase toma um sentido referencial: "isto" que aqui está por baixo da legenda não é uma maçã real. É uma pintura de uma maçã.

Cientes de que não é uma maçã, passamos à frase, que agora reparamos que não diz "aquilo não é uma maçã". Podia-se entretanto complicar indefinidamente a relação entre a legenda e a representação da maçã, (introduzindo, por exemplo, outra legenda como: "ceci n'est

*Ceci n'est pas une pomme*



pas une pipe"), mas o que me convém a mim agora na interpretação é aquele "ceci". "Ceci" e não "Cela". De facto, o que a frase diz é, agora, auto-referencial: "isto" não é uma maçã – é uma série de caracteres que formam uma frase, ou melhor, à representação gráfica de uma frase. Isto não é uma maçã, é um conjunto de sinais que dizem que não são maçãs. "Isto", o quê? Temos que admitir que há vários níveis de "istidade" – isto-maçã, que passa a ser aquilo-maçã quando "isto" passa a ser a frase e depois passa a ser a palavra/signo "isto" (que é um deíctico, do grego "apontar, mostrar", sendo os deícticos sempre referenciais – e causando, algumas vezes, grandes confusões). Num último momento, percebemos que o "ceci" é talvez capaz de se referir ao quadro propriamente dito. Mas a ordem destes momentos não é absolutamente necessária na leitura deste quadro de Magritte.

Temos, pelo menos, três ordens de coisas, que, na verdade são quatro: uma imagem que representa uma realidade; a realidade representada; o conceito; a palavra apropriada à descrição ou à enunciação dessa realidade e a respectiva representação gráfica, que é diferente em todas as línguas. O que acontece no quadro intitulado "Isto não é uma maçã" é que, como bom surrealista, Magritte faz uma representação inteiramente realista de uma realidade e depois anexa-lhe a legenda: isto não é real, é apenas um signo. E a legenda provoca uma distância irónica, quer dizer, faz-nos tomar consciência, entre outras coisas, de que a representação é construída. Tão construída e tão convencional como a cadeia de sinais gráficos que constituem uma frase.

O que é, então, uma maçã? Como dizer /escrever/ pintar "maçã" de uma forma que evoque absolutamente a maçã, que seja absolutamente maçã e que não nos atire em cara que não é um fruto o que se nos apresenta, mas uma sua mera representação?

Este é uma dos pontos de partida para a busca de uma Língua Perfeita. Uma língua que se saiba falar sem aprender – imediatamente inteligível. A procura de uma língua autenticamente ontológica, em que o objecto, o seu conceito, a palavra que o diz, os sinais que o representam sejam uma e a mesma coisa essencialmente. É o Adão a passear no Paraíso, a apontar para as coisas e da sua boca saem naturalmente os sons que se lhes adequam. O som diz a essência da coisa. Claro, é inspirado por Deus, como seria possível não acertar?

Um dos vectores históricos dominantes na busca da Língua Perfeita é a recuperação de uma língua edénica, perfeita porque originária, fundadora de todas as outras línguas. O problema que sempre se colocou foi o de saber exactamente em que língua é que Deus e Adão conversavam. A interpretação bíblica não é propriamente elementar, dado que os dois passos consecutivos do Génesis que permitem pensar o problema se contradizem entre si. Temos, em Génesis 10: "(falando dos filhos dos filhos de Noé, Sem, Cam e Jafet) Deles nasceram os povos que se dispersaram pelos diversos países, cada um segundo a sua língua, segundo as respectivas famílias e nações". Ou seja, antes de Deus castigar a soberba dos homens que construíam a Torre de Babel para chegar

aos céus, confundindo as línguas humanas, aparentemente já os netos de Noé se tinham dispersado pela terra, cada um falando a sua língua. Os hermeneutas que, ao longo da História, vão considerar a diversidade das línguas um dado natural e originário (a tese poligenética) vão basear-se neste passo do Antigo Testamento. Contrariando Génesis 10, o versículo seguinte conta a famosa história da Torre de Babel e começa: "Em toda a terra, havia somente uma língua e empregavam-se as mesmas palavras". (...) Depois os homens disseram: "Vamos construir uma cidade e uma torre que atinja os céus". E Deus: "Eles constituem apenas um povo e falam uma única língua. Se começam assim, nada os impedirá, de futuro, de realizarem todos os seus projectos. Vamos descer e confundir de tal modo a linguagem deles, que não se entendam uns com os outros." E o Senhor dispersou-os dali por toda a face da Terra e suspendeu a construção da cidade" (...). Em Génesis 11 e neste Deus singularmente inseguro se basearam todos os que consideraram, ao longo dos séculos, a diversidade das línguas como um escândalo, a maldição divina lançada sobre o orgulho dos homens. Estes procuraram, sobretudo, recuperar a Língua-Mãe, defendendo uma ideia monogenética, quer dizer, a concepção de uma língua sagrada que teria dado origem, por corrupção, a todas as línguas existentes. Esta Língua-Mãe seria, naturalmente o Hebreu.

A Patrística, de Orígenes, no segundo século da nossa era, a Santo Agostinho (século IV-V d. C.) tomou como uma evidência que a Língua originária era o Hebreu. E Claude Duret, numa obra monumental de 1613, "Thrésoir de l'Histoire des Langues de Cet Univers", procurou demonstrar com etimologias forçadas, que o Hebreu era a língua da realidade. Escrevia ele: "O Leão tem 3 nomes, a saber Ariech, Labi e Laijsch. O primeiro nome vem de outro que significa arrancar e dilacerar; o segundo refere-se à palavra Leb, que significa coração e Laab, quer dizer, viver na solidão". E estava demonstrado. De tal modo o Hebreu era considerada a língua originária que, ainda no século XVII, Mercurius Van Helmont, procura demonstrar, com a ajuda de 33 gravuras, que o aparelho fonador humano está optimamente adaptado à reprodução das letras do alfabeto hebraico. A língua, o palato, a glote, ao articularem os sons hebraicos, tomam a forma das letras, o que é uma teoria em que já há uma intenção morfológica interessante, uma procura de cientificidade, infelizmente muito pouco provável.

Outros procuraram nas suas línguas nacionais, miraculosamente salvas do escândalo de Babel, a origem directa de todas as Línguas. Jan Van Gorp, nas suas "Origines Antwerpiana" de 1569, considerando absolutamente certa a inspiração da língua primordial, encontra-a no holandês, exactamente no dialecto de Antuérpia. Acontecia que os antepassados dos nativos de Antuérpia foram os Cimbros, que descendiam directamente dos filhos de Japhet, netos de Noé, que, por feliz coincidência, não se encontravam em Babel na altura da "confusio linguarum". E, até ao século XVII, cada povo se julga linguisticamente eleito: os Suecos, com Olof Rudbeck que demonstra que Japhet viveu na

"Ceci n'est pas une pomme"

Suécia (1675); Ostroski procurou fazer o mesmo para os Húngaros; os Alemães, por sua vez, suspeitam da sua primasia desde o século xiv. Nunca tendo sido invadidos, demonstram em 1533, com Konrad Pellikan, as analogias evidentes entre o Hebreu e o Germânico e em 1641 Harsdorffer afirma que a língua alemã “fala com as línguas da natureza”, chamando a atenção para o seu carácter eminentemente mimológico, um dos caminhos desde sempre procurados para a recuperação da língua adâmica. Para outros autores, é o Hebreu que deriva do Germânico. Já para Lutero, o Alemão era a língua que mais aproximava os homens de Deus.

Como quer que seja, a grande vantagem destas hipóteses nacionalistas, que procuravam uma relação directa da língua natural nacional com a língua adâmica, quer sejam poligenéticas, quer sejam monogenéticas, acabou com a ideia de que o Hebreu seria a Língua-Mãe. É impossível, além disso, a partir fundamentalmente do século xvi, o pensamento sobre a questão da Língua Perfeita alhear-se dos novos dados científicos e culturais trazidos por descobridores e viajantes. Soube-se que havia civilizações bastante mais antigas que a hebraica, nomeadamente a chinesa e que a terra fora povoada por povos pré-adâmicos. Foi preciso adequar as Escrituras aos novos saberes. Naturalmente que a adequação também é feita, normalmente, de forma fantasista. Ainda em 1669, John Webb supõe que Noé tenha aterrado com a sua arca na China, estabelecendo assim a primazia da língua chinesa. Mas é curiosamente no decurso do século xviii, exactamente no momento em que o método comparativo linguístico ia nascer com bases mais científicas fora da concepção monogenética, que se dão as buscas mais desesperadas para encontrar a Língua-Mãe (o etrusco, o sânscrito, finalmente o indo-europeu).

Chegados aqui, temos de fazer algumas distinções. A procura da Língua Perfeita fez-se, fundamentalmente, caminhando em duas direcções, que nem sempre se excluíram mutuamente: primeiro, tentando recuperar a língua sagrada (perdida depois do escândalo de Babel). Esta busca, que se parece bastante com uma Demanda Mística, procura a etimologia, o mais das vezes fantasista: Isidoro de Sevilha (século vi) nas “*Etymologiarum*” afirmava, por exemplo, que o termo “corpus” era uma contracção da expressão “corruptus perit”. Mas procura também, por outro lado, o divino signo cabalístico que permita uma leitura imediata e completa da realidade — e, a partir das estruturas originárias, construir uma língua filosófica assente em princípios racionais. A etimologia, que tanto serve uma concepção culturalista “evolutiva” da língua, sobretudo a partir das Luzes, como uma concepção de queda e degradação da língua única, baseia-se muitas vezes numa ideia mimológica, quer dizer, na noção mágica de que a palavra originária mima a realidade. Neste sentido, a linguagem seria uma espécie de imensa onomatopeia, ou um perfeito anagrama. Podemos dizer talvez, em modo grosso, que do primeiro grupo de etimologistas surgiram os cientistas das línguas, que eventualmente acabaram por estudá-

las de modo sistemático e científico a partir do século xix e que da linhagem mística e racionalista em que se incluem personagens como Ramón Llull (1235-1315), Athanasius Kircher, (1601-1680) o pai da Egiptologia e Leibniz surgiram os formalistas lógicos e os construtores de linguagens filosóficas ou formais como a da Inteligência Artificial.

O que une, naturalmente, todos os que procuram a Língua Perfeita — que não é o mesmo do que Língua Universal, ou do que Língua Internacional Auxiliar, como é o caso do Volapuk ou do Esperanto — é, passe a lapalissada, acreditarem que ela é possível. Quer dizer, a busca de uma língua perfeita tem por base a crença em universais, sejam eles estruturas gramaticais, conceptuais, categorias lógicas ou outra forma qualquer de harmonia pré-estabelecida, que permitam uma correspondência sem atritos e uma comunicação imediata. Portanto, a opção é entre procurar algo que está perdido ou construir de novo uma linguagem convencional/racional em que se reduza ao mínimo a possibilidade de erro.

O caso de Ramón Llull é paradigmático a muitos títulos. Ele procurou exactamente construir uma ciência universal que pudesse servir uma comunicação perfeita. Da ideia de uma língua perfeita originária tirou, se quisermos, o grafismo. Foi buscar às imagens cabalísticas a sua carga simbólica e a capacidade de percepção imediata. Porque a Grande Arte seria a um tempo um sistema filosófico, uma arma para converter os Infiéis e um objecto de contemplação estética e mística.

Educado em Maiorca, na confluência de três culturas e religiões, a cristã, a hebraica e a muçulmana, foi o primeiro filósofo europeu a escrever em língua vulgar, o catalão. Aprendeu árabe, porque compreendeu a importância de uma comunicação eficiente na conversão religiosa dos povos muçulmanos. Conheceu de perto a tradição mística árabe, tendo contactado no Norte de África com comunidades de sufis e conheceu também, naturalmente, a tradição cabalística hebraica. O objectivo fundamental de Llull, que não é lá muito modesto, é apenas o de escrever o melhor livro do mundo para converter ao cristianismo todos os Infiéis. Trata-se de um cristianismo razoavelmente singular, visto que considera que todos os mistérios da Fé podem ser racionalmente demonstrados, desde a virgindade de Maria ao mistério da Santíssima Trindade, o que o tornou bastante suspeito quer entre os filósofos progressistas da Universidade de Paris, — onde, no final do século xiii, reinava o averroísmo mais desbragado — quer entre as várias ordens religiosas que andou namorando.

Depois de ter uma vida boémia até aos trinta anos, Llull teve uma visita bastante insistente (cinco aparições de Cristo crucificado, que o impediam de escrever poemas de amor cortês...) e converteu-se. Comprou um escravo árabe, com quem aprendeu a língua durante nove anos, até ao dia em que o homem o atacou de espada em riste. Preso, o escravo enforcou-se na cela. Ramón isolou-se então, segundo disse, “para uma quarentena de penitência” na Montanha de Randa e ao fim de uma semana teve logo a revelação do que havia de ser a “*Ars Magna*”,

a Grande Arte, quer dizer, uma língua racional que imediatamente deduzisse, demonstrasse e persuadisse. Uma técnica de demonstração universal de todas as verdades possíveis (aliás, para ele, em número finito). O que ele viu, nessa revelação, segundo diz a lenda, pousadas nos lentiscos rasteiros do Monte Randa, foram as letras dos alfabetos de todas as línguas em que a sua "Ars Magna" seria traduzida.

O sistema criado por Llull permite deduzir todas as verdades teológicas possíveis. É, neste sentido, uma técnica de descoberta, quer dizer, uma "ars inventiva" bastante semelhante à inventiva de Leibniz. Mas, ao contrário da lógica aristotélica, que é uma lógica formal, a lógica lulliana lida com "realidades", procurando estruturar, mecanizar e ontologizar a lógica fazendo dela uma "máquina de pensar" que imite o funcionamento do cosmos; por outro lado, o método lulliano é uma "arte da salvação" e a sua finalidade é o conhecimento e a contemplação mística de Deus. Segundo a concepção de Llull, Deus consiste numa série de atributos, as Dignidades, que são princípios absolutos da realidade ou o alfabeto da gramática divina; para alcançar a redução metafísica de toda a realidade às dignidades divinas, Llull usa os princípios relativos. Para explorar a totalidade de um campo de conhecimento, basta esgotar todas as combinações possíveis entre os princípios absolutos e os relativos. Para construir tábuas de combinações, Llull usou tanto diagramas como círculos concêntricos que, rodando, permitem obter tais as combinações possíveis.

Os problemas que surgem na prática, como se pode calcular, são alguns. O primeiro e o mais doloroso é que, combinando indevidamente algumas proposições se poderá chegar à conclusão inevitável de que "A Avareza é Grande e por isso é Boa". Enfim, o que Llull propõe neste sistema perfeitamente dedutivo, é um *check-in* moral, que desencoraje a produção de frases aberrantes. Ou seja, procurando fundamentalmente excluir do sistema todos os dados empíricos, procurando rejeitar o que é conhecido na lógica aristotélica como o "termo médio", quer dizer, a proposição sintética que permite ligar o termo maior à conclusão do silogismo, Llull acaba por ver entrar de novo a experiência no sistema através dessa confirmação empírica da moralidade das proposições.

Uma das fundações do sistema lulliano é a ideia combinatória, que o religa a Giordano Bruno, que divulgou Llull no século XVI como o filósofo hermético que ele parecia ser, e depois a Leibniz. Aos vinte anos, em 1666, Leibniz escreve a "Dissertatio de Arte Combinatoria", entusiasmado com a ideia de criar uma máquina que pudesse gerar todas as proposições possíveis a partir das letras do alfabeto, ou seja, uma arte inventiva que gerasse proposições desconhecidas à partida. Leibniz procura "uma lista dos primeiros termos e, portanto, um alfabeto dos pensamentos ou uma enciclopédia" (Eco, "La Recherche de la Langue Parfaite", Du Seuil, 1994). "Na enumeração dos signos, — escreve Leibniz no "De scientia universalis seu calculo philosophico", — incluo as palavras, as letras, as figuras químicas, astronómicas, chinesas,

hieroglíficas, as notas musicais, os sinais cifrados, aritméticos, algébricos e todos os outros de que nos servimos em vez das coisas nos nossos raciocínios". Partindo do princípio da irrecuperabilidade da língua edénica, Leibniz procurou construir uma linguagem formal que nos poupasse aos equívocos, mal-entendidos e gerais limitações das línguas naturais. Na sua busca de uma ciência universal ou cálculo filosófico de todas as verdades possíveis, Leibniz é o herdeiro natural de uma tradição cabalística que começa em Llull e segue por Nicolau de Cusa e Giordano Bruno.

Voltemos ao quadro de Magritte por uns instantes. A verdade é que, estando em vez da maçã real, aquela maçã podia muito bem ser um pictograma. Se o quadro estivesse, por exemplo, à beira de uma estrada espetado num poste, poderíamos muito bem interpretá-lo como: "Aqui vendem-se maçãs". O senso comum considera — e o senso filosófico muito tempo o considerou também — que haverá poucas coisas mais perfeitas, em termos de linguagem, do que uma língua feita de imagens. É evidente que isto não é assim. Não há nada de imediatamente e universalmente inteligível numa imagem. A ambivalência do pictograma faz parte da sua natureza. Tem de ser interpretado e o seu significado aprendido. A reverência pela imagem como forma perfeita de comunicação e sabedoria é antiquíssima no Ocidente: Pitágoras e Platão referiam a sabedoria egípcia como fonte do bom conhecimento. Isto acontecia, em grande parte, porque o alfabeto egípcio é formado por ideogramas, muitas vezes impuros, dado que se cruzam com fonogramas. Pode aparecer, por exemplo, a imagem de uma "vela enfundada" para significar o termo "vento" e pode, por outro lado, acontecer que se usa a imagem de um objecto cujo nome começa por um determinado som. A coisa serve, portanto, para representar o som do nome, enquanto que, para a teoria hermética do século XVII, por exemplo, seria o nome que devia representar a essência da coisa. Portanto, tem algo de Pictionary... mas isso só se soube depois da decifração, por Champollion, da Pedra de Rosetta (1822), pedra trilingue (grego, demótico, hieroglífico) que permitiu a comparação e, através dela, a decifração da escrita hieroglífica.

A medida que a cultura egípcia se helenizava, foi-se perdendo a relação quotidiana com os hieróglifos, e estes foram-se transformando numa escrita hermética e mística para um reduzido número de sacerdotes. O facto é que, ao começar a circular no Ocidente, no princípio do século XV, a "Hieroglyphica" de Horapollon (que se revelou não passar de uma compilação helenística do século V), o conhecimento dos hieróglifos desaparecera há mais de mil anos.

É justamente Athanasius Kircher, um desses espíritos verdadeiramente barrocos, que se interessou pela história, a religião, a arte, a política, a gramática, a matemática, a mecânica, a medicina, a alquimia, a magia etc. quem empreende a descodificação dos hieróglifos egípcios. Comete, naturalmente, o erro de julgar que todos os hieróglifos têm carácter ideográfico e atribui-lhes um valor místico. O que ele traduz

"Ceci n'est pas une pomme"



por: "Na origem de toda a fecundidade e vegetação está Osiris, cujo poder de geração conduz do céu ao seu reino o sagrado Mophta", Champollion dirá, laconicamente: "O imperador filho do Sol e soberano das Coroas, César Domiciano Augusto". Porque onde estava um leão, que Kircher comenta de modo simbólico e a que destina várias páginas de exegese mística, Champollion só vê a letra L.

Kircher não descodificou os hieróglifos, embora morresse convencido de que o fizera. Leibniz foi involuntário instrumento da "denúncia" das falsas interpretações de Kircher, e isto por caminhos bastante ínvios: O filósofo escrevera, de facto, em 1671, uma "Justa Dissertatio", encomendada pelos príncipes alemães, para tentar desviar a atenção expansionista de Luís XIV da Alemanha para o Egípcio. Este plano não teve consequências na altura, ou não teve as consequências que devia ter. Leibniz veio a Paris apresentar o seu Plano Egípcio a Luís XIV. O mais importante desta visita, no entanto, passou-se em Londres, onde Leibniz se encontrou com John Wilkins e Dalgarno, dois filósofos que apresentavam, na altura, propostas de línguas filosóficas. Luís XIV achou o plano egípcio disparatado e não se falou mais nisso. Mas quando, passados mais de cem anos, Napoleão Bonaparte teve a ideia da campanha do Egípcio, houve quem censurasse a Leibniz o ter plantado no general tão infeliz conceito. É pouco provável, no entanto, que Napoleão conhecesse a obra de Leibniz, embora tenha recebido um exemplar dela quando tomou Hanover em 1803. Leibniz, esse, conhecera a obra de Kircher – e não se convencia do carácter de perfeição ideográfica dos hieróglifos que o egiptólogo lhes atribuía. Com Napoleão vai Champollion, que decifra a estela de basalto negro, a pedra encontrada em Rosetta e demonstra a falsidade das interpretações de Kircher.

Ironias da História, que não terminam, de maneira nenhuma, aqui.

A busca de uma Língua Perfeita é constituída, em conclusão, sobretudo por insucessos. As línguas filosóficas são tão "perfeitas" em termos formais e enciclopédicos (no caso da de John Wilkins, por exemplo), que se tornam impraticáveis. As línguas a posteriori que se baseiam nas línguas naturais, e que se propõem como línguas internacionais por excelência, como é o caso do Esperanto, são de tal modo simplificadas que se tornam confusas.

Entre umas e outras, é constante a intenção de clareza, de universalidade, de comunicação perfeita, de comunhão. E este é um daqueles muitos campos do conhecimento humano em que é a intenção que conta.